



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ALESSANDRA VENTURA
ISNAYANE VENTURA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
uma reflexão sobre os desafios do ensino**

**DELMIRO GOUVEIA - AL
2022**

ALESSANDRA VENTURA
ISNAYANE VENTURA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
uma reflexão sobre os desafios do ensino

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia
pela Universidade Federal de Alagoas-Campus
Sertão.

Orientador: Professor Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

DELMIRO GOUVEIA – AL
2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

V468e Ventura, Alessandra

Educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre os desafios do ensino / Alessandra Ventura ; Isnayane Ventura. - 2022.
58 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: José Ivamilson Silva Barbalho.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Educação de Jovens e Adultos – EJA. 2. Evasão escolar.
3. Análise social. 4. Inclusão social. 5. Formação docente. 6.
Dificuldades. 7. Piranhas – Alagoas. I. Ventura, Isnayane. II.
Barbalho, José Ivamilson Silva. III. Título.

CDU: 37.018.4

ALESSANDRA VENTURA

ISNAYANE VENTURA

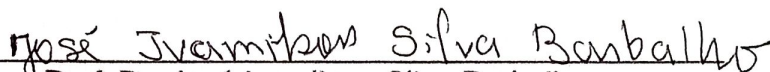
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

uma reflexão sobre os desafios do ensino

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal de
Alagoas Campus – Sertão, como requisito
para a obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Delmiro Gouveia, 04 de Março de 2022.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho



Prof. Me. José Bezerra da Silva



Prof. Me. Gercinaldo de Moura Medeiros

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por proporcionar esse ciclo em nossas vidas e nos fortalecer nessa longa jornada.

Agradecemos aos professores e em especial a Ana Cristina, Nóelia Rodrigues e Lilian Kelly que sempre estiveram presentes nos guiando e nos apresentando os melhores caminhos e colaborando em nossa formação.

Em especial agradecemos ao Professos Dr. Ivamilson Barbalho, nosso orientador por toda dedicação, ensinamentos, carinho e paciência. Obrigada por nos ajudar e se fazer presente em todos os momentos, principalmente por aceitar a fazer parte dessa fase tão importante em nossas vidas.

Aos motoristas que de forma gratuita nos conduziram de uma cidade a outra.

Aos colegas de classe em que dividimos momentos importantes de nossas vidas, em que foram fundamentais para o nosso conhecimento profissional, pela parceria, pelo incentivo, até mesmo aqueles de forma indireta.

Aos nossos familiares, em especial nossos pais, por todo carinho e incentivo, aos nossos irmãos pela força, aos nossos esposos pela paciência e companheirismo, aos nossos filhos pedimos desculpas pela ausência e pela força por serem fundamentais para conclusão do curso.

A todos, nossos sinceros agradecimentos!

**“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.**

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda as dificuldades encontradas pela equipe docente e por alunos na modalidade de Educação para Jovens e Adultos na Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde na cidade de Piranhas Alagoas, portanto, trata-se de uma análise criteriosa em torno de uma alfabetização positiva onde se encontram barreiras, destacando-se os anseios e desafios desses sujeitos na consolidação do ensino e busca por aprendizado após a idade ideal. A abordagem utilizada na pesquisa foi de ordem qualitativa, e como instrumento de pesquisa foi trabalhado reflexões de nomes influentes como Freire (1987; 1979; 1991; 1996), Arroyo (2001), Di Pierro (2000; 2001), Fávero (2009), Paiva (2005) lançando mão de um questionário básico onde se investiga a precarização do ensino. É sabido que o programa dessa modalidade serve como fundamento educacional muito importante para o contexto social, inserindo os indivíduos na sociedade de forma ampla, pois representa uma fonte de inclusão para tais pessoas ao reconstruir oportunidades, levando em conta os diversos fatores na sociedade que os levaram a abandonar seus estudos, mas fazendo-os retornar à escola. Esses sujeitos buscam a educação de jovens e adultos para concluírem o que tinha ficado para trás, com o objetivo claro sob a busca de ser inserido na sociedade através da educação, pela sua importância na inclusão social e realidade. A pesquisa foi baseada em estudos bibliográficos, em pesquisa de campo, e estudo de caso, com abordagem qualitativa, tendo como instrumentos a observação com professores e alunos do Município de Piranhas.

Palavras-chaves: Inclusão social; Evasão escolar; Formação docente; Educação de Jovens e adultos.

ABSTRACT

The present work addresses the difficulties encountered by the teaching staff and by students in the modality of Education for Young and Adults at the Nossa Senhora da Saúde Municipal School in the city of Piranhas Alagoas, therefore, it is a careful analysis around a positive literacy. Where barriers are found, highlighting the desires and challenges of these subjects in the consolidation of teaching and the search for learning after the ideal age. The approach used in the research was qualitative, and as a research instrument, reflections from influential names such as Freire (1987; 1979; 1991; 1996), Arroyo (2001), Di Pierro (2000; 2001), Fávero (2009), Paiva (2005) using a basic questionnaire that investigates the precariousness of teaching. It is known that the program of this modality serves as a very important educational foundation for the social context, inserting individuals into society in a broad way, as it represents a source of inclusion for such people by rebuilding opportunities, taking into account the various factors in society that affect them. led them to abandon their studies, but making them return to school. These subjects seek the education of young people and adults to complete what had been left behind, with the clear objective of being inserted in society through education, due to its importance in social inclusion and reality. The research was based on bibliographic studies, field research, and case study, with a qualitative approach, having as instruments the observation with teachers and students from the Municipality of Piranhas.

Keywords: Social inclusion; School dropout; teacher training; Education of Youth and Adults.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I- Faixa etária dos entrevistados, 2021.....	37
Gráfico II- Sexo dos entrevistados,2021.....	39
Gráfico III- Tempo de retorno à EJA, 2021.....	40
Gráfico IV- Tempo fora da Escola, 2021.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Uma visão retrospectiva da educação de jovens e adultos no Brasil	13
2.2 Contextualizando a discussão da EJA	17
2.3 Educação de Jovens e Adultos - EJA	20
2.3.1 Desafios do Professor na EJA	22
2.3.2 Dificuldades dos Jovens na EJA	23
2.3.3 A Hesitação dos Adultos/Idosos na EJA	24
2.3.4 Obstáculos Pedagógicos	26
2.4 O ensino: uma perspectiva para o mercado?	27
2.5 Leis que regem a Educação De Jovens e Adultos	30
2.5.1 Leis de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96)	31
2.5.2 Constituição Federal de 1988	32
2.5.3 Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001)	33
2.6 Objetivos	34
2.6.1 Geral.....	34
2.6.2 Específico.....	34
3 METODOLOGIA	35
4 RESULTADOS.....	36
4.1 Professores.....	36
4.2 Alunos.....	39
4.3 Coleta de Dados	41
4.4 Pontos de Análise	42
4.5 Processos de Aplicação da Pesquisa	43
4.6 Dificuldades Estruturais.....	44
5 DISCUSSÕES	46

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES.....	53
APÊNDICE A- Pesquisa de campo com Professores do EJA.....	53
APÊNDICE B- Pesquisa de campo com Alunos do EJA	55
APÊNDICE C- Pesquisa de campo com Ex-Alunos do EJA	57

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos este trabalho monográfico como requisito para conclusão do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A obra compõe-se desde um sólido referencial teórico, metodologia e pesquisa de campo a partir de dados coletados. A monografia está dividida em três seções principais que se apresenta-se um referencial teórico baseado a partir da realidade, abordando um tema e enfatizando as dificuldades no ensino da modalidade - Educação de Jovens e Adultos (EJA), levando-nos a refletir em torno da mesma.

A escolha do tema surgiu a partir de indagações por meio do estágio supervisionado ofertado pela universidade. Por meio de observações surgiu a curiosidade de compreender essa modalidade de educação de jovens e adultos. Sendo uma educação amparada pela LDB 9394/96 e a Constituição Federal e outros meios legais, por que ainda é vista com tanta benevolência e como uma ação filantrópica? Por que existe tanta defasagem na metodologia de ensino? Foi a partir dessas indagações que surgiu a necessidade de aprofundar nossos conhecimentos na Educação de Jovens e Adultos.

A educação de jovens e adultos é uma área que precisa de aperfeiçoamento, com isso, os profissionais que exercem nesse contexto precisam estar aptos às modificações e acompanhar o processo e inovações, portanto devem repensar suas práticas pedagógicas para o amplo desenvolvimento dos alunos para que possam formar sujeitos democráticos.

Desse modo, o presente trabalho monográfico busca fundamentar essa modalidade de ensino e a variedade de fatores pragmáticos que apresenta. Mediante as observações foi possível destacar os problemas que permeiam esta modalidade, no entanto, aconteceu de forma gradativa como: procedimentos metodológicos, tipo de abordagem, escolha de instrumentos da pesquisa, coleta de dados, análises e resultados. Nesta seção também são apresentados os pontos utilizados para as análises das informações coletadas durante todo o processo que trilhamos para a criação deste trabalho, evidenciamos os desafios e dificuldades que circundam todos os envolvidos na EJA.

A educação de jovens e adultos representa um grande desafio para os governantes e para os docentes da área, a busca é incessante por melhorias e criação de novos mecanismos que auxiliem nas necessidades dos alunos. Diante disso, a maioria dos professores ver-se incapacitados para atuarem no modelo da educação atual, principalmente aqueles professores que trabalham de forma tradicionalista e

não conseguem acompanhar os meios tecnológicos que facilitam a ministração das aulas e acabam implicando na aquisição dos alunos que por sua vez se enxergam incapazes de concluir o ano letivo.

Diante dessa defasagem não podemos culpar apenas esses agentes, já que se trata de uma junção de elementos que geram tais dificuldades nessa modalidade. É responsabilidade de todos os envolvidos: a gestão, o educador, os órgãos estatais e a instituição escolar. O educando também faz parte deste trajeto e possui sua parcela de responsabilidade, porém deve-se avaliar que antes do aluno chegar à escola ele já tem passado por uma série de atividades em que exige responsabilidade durante o dia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Uma visão retrospectiva da educação de jovens e adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que abrange processo de conhecimento diferentes em que visa a qualificação profissional e o desenvolvimento comunitário do indivíduo em questões culturais e sociais.

No Brasil a educação de adultos se constitui como tema de política educacional em que teve início a partir dos anos 40 quando houve a menção de necessidade de oferecer escolarização para todos, embora já houvesse textos normativos na Constituição de 1934, porém na década seguinte que esse tema começa a tomar corpo e então as iniciativas se concretizam e surge a preocupação de oferecer escolarização a toda população das camadas mais excluídas. Foi a partir dessas iniciativas que várias ações e programas governamentais se expressaram nos anos 40 e 50. Para ampliação desse novo modelo de Educação nasceram programas nacional como: Fundo de Ensino Primário em 1942, Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação Rural, ambos em 1947, a Campanha de Educação Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

A campanha de 1947 deu lugar à instauração no Brasil em que abarcou o campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo, porém não pôde produzir uma metodologia de ensino que atendesse as necessidades aos adultos. Isso viria acontecer na década de 60 quando Paulo Freire passou a direcionar experiências para que pudesse atender a Educação de Jovens e adultos, organizada por distintos atores e organizações políticas com o aparato governamental. Foi o caso de algumas movimentações em que deram a iniciativa para evoluir em experiências no sentido de organizações de grupos que professavam a necessidade de realizar uma educação de adultos voltada a modernização.

Em 1964 o ministério de Educação organizou o último dos programas do ciclo, o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos em que teve seu planejamento completamente alienado as orientações de Paulo Freire, mas esses e outros programas desapareceram a partir da repressão e violência do Governo Militar. No entanto não foi o suficiente para que Freire parasse de desenvolver suas propostas de alfabetização.

Com o fechamento político e institucional que se caracterizou na década de 70 não impediu que sobrevivessem nas ações educativas voltadas à alfabetização e pós-alfabetização inspiradas pelo modelo freiriano.

A partir de 1969, o governo federal organizou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais voltado a oferecer alfabetização. Diferentemente do que ocorreu na Campanha de 1947, o governo investiu um volume significativo de recursos. O Mobral instalou comissões municipais por todo país, responsabilizando pela execução das atividades, controlando a orientação a supervisão pedagógica e materiais didáticos, para resolver o problema do analfabetismo e enaltecer o programa que acabará de ser nascido. O Mobral tinha baixa articulação com o sistema de ensino básico, mas contribuiu para legitimar a nova ordem política que visava responder a orientações emanadas das agências ligadas a Organizações das Nações Unidas, para combater o analfabetismo.

Ao longo da década de 70, o Mobral diversificou sua atuação visando a sua sobrevivência, havia muito rumores sobre a insuficiência do domínio da escrita que não estava sendo capaz de promover. Um dos desdobramentos nessa linha de diversificação foi a criação de um programa que viabilizassem a continuidade de alfabetização.

Contudo, o Mobral foi extinto em 1985, quando o processo de abertura política estava avançado. A enchente de recursos que desfrutava havia diminuído e o que restava em sua estrutura ficou similar pela criada pela Fundação Educar.

Para tanto, um novo enquadramento legal já estava disponível, a Lei Federal 5692, em que 1971 consagra a extensão da educação básica em que torna obrigatória crianças de 4 a 8 anos a escola. No entanto representava um desafio, pois colocava em condição de déficit educativo em enorme contingente da população adulta, da qual o ensino supletivo estaria a serviço. O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988.

Estudo realizado em 1988 constata que na época da promulgação, o ensino supletivo teria sido implantando em todo território nacional, porém de forma diferentes.

É fato constatar que uma ampla diversidade de programas oferecidos na modalidade constata-se uma grande homogeneidade na produção dos conteúdos do ensino regular. São poucas as experiências que inovaram nesse sentido,

experimentando novos eixos curriculares e novas formas de organizar os tempo e aprendizagens.

Em uma visão dos anos 90 é conveniente mencionar que o foco da análise para políticas que marcaram o período foi extinto a Fundação Educar que substitui o Mobral, logo após a posse de Fernando Collor de Mello o primeiro presidente após o regime militar. O MEC por sua vez desencadeou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), com o objetivo de mobilizar a sociedade em benefício da alfabetização de crianças, jovens e adultos. Por falta de recursos o programa foi encerrado após um ano. Essa falta de recursos e incentivo político e financeiro por parte do governo fez com que o atendimento à educação de jovens e adultos estagnasse.

Esse retrocesso no plano de políticas exprimiu-se no quadro legal, por meio de duas medidas restritivas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 1996 uma emenda na Constituição anulou a obrigatoriedade do ensino fundamental de jovens e adultos, mantendo apenas a garantia de oferta gratuita. A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996 desmancha as funções do ensino supletivo nos objetivos e formas de atendimento do ensino regular par crianças, jovens e adultos.

Tendo uma visão prospectiva a demanda pelo ensino fundamental de jovens e adultos é extensa, em que comporta uma grande diversidade de necessidade formativas. É preciso uma escolaridade mais prolongada para se formar usuários da linguagem escrita capazes de fazer dela múltiplos usos, com o objetivo de expressar a própria subjetividade, buscar informação, planejar e controlar processos e aprender novos corpos de conhecimento (Ribeiro, 1999).

2.1.2 Cultura e diversidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

É necessário compreender a funcionalidade da educação junto da construção dos sujeitos e seu caráter sob a condição cidadã. A sociedade perpassa grandes limites de crescimento, independente do período em que a população está inserida, é o que move cidades e destinos. O conhecimento é necessário para a edificação das diversidades e é a combustão das inovações.

O programa da EJA entra como marco para minimizar as exclusões daqueles que pararam os estudos por algum motivo e que acabou interrompendo seu percurso de formação, que na maioria das vezes, é a necessidade do estudante que o faz trabalhar para contribuir com a renda da família.

Pensado por esse ângulo, o aluno deixa de fazer parte do seu contexto social, para buscar suprimentos para suas necessidades essenciais e acaba se afastando não só da escola, mas do seu contexto sociocultural, pois a instituição se faz presente quando se trata do sujeito social, cultural, político e econômico. A escola une várias culturas e foca para que seus estudantes entendam que respeitar a singularidade é essencial para conviver em um ambiente educacional, portanto, partindo desse pressuposto, a escola forma sujeitos para serem formadores de opiniões que possam contribuir para o avanço da sua sociedade. Entretanto, existe uma fragilidade nessa modalidade, pois pensando nessas diversidades em uma sala que está completa por alunos adultos possivelmente com opiniões formadas, muito embora seja que estão ali para buscar conhecimento, jamais aceitará uma opinião diferente que a sua sociedade formou e impôs então essa modalidade EJA, muitos alunos dificilmente conseguem lidar com a multiplicidade e singularidade de cada um. Muitos são os desafios da EJA, especificamente no que trata da atuação docente que precisa se inovar constantemente como, por exemplo, acompanhar o rígido avanço das informações e aplicar meios de ensino mais efetivos sem tornar a prática educativa em mero ato obrigatório e robotizado.

Um dos principais desafios é manter ou firmar um espírito de valoração dentro dos alunos para que eles vejam o ensino com bons olhos, assim os professores da EJA se deparam com diferentes realidades. Dependendo da região onde o ensino é aplicado e das circunstâncias onde é oferecido sendo espaço, local e transporte, alimentação e principalmente o método de aprendizagem ferramentas dessa luta. Segundo Freire:

[...] alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de se fazer instrumento também do educando e não só do educador. Por essa mesma razão não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma. (FREIRE, 1987, p.72).

O Ensino do EJA precisa se adequar à organização dos grupos alvos e ter dentro da sua base uma estrutura curricular relativamente segura, assim é de tamanha dificuldade o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras que encantam e repercutem ativamente na vida dos jovens e adultos desse sistema. Por fim, é nessa

batalha que a EJA está configurada, exigindo cotidianamente medidas para ampliação de programas com inclusão concreta.

[...] Na concepção de Paulo Freire o educando e educador devem interagir, numa busca pelo diálogo e a formação crítica, levando em consideração a cultura, os acontecimentos, ou seja, trabalhar o processo de ensino e aprendizagem ligado a realidade do aluno, para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. (PEREIRA, 2011, p. 25).

Sendo assim, o docente torna-se, intermediador na aquisição de conhecimento do aluno, sem deixar as particularidades dele. Portanto é uma modalidade que cumpre o dever legal do Estado e não deve ser vista com benevolência, uma forma de caridade a sociedade. Em entrevista ao canal Futura a professora Ana Paula Abreu Moura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fala sobre a EJA a partir da Constituição de 1988:

Não existe idade própria para se educar e a legislação garante isso. Entretanto, a população não necessariamente compreende isso, as pessoas acabam trazendo a ideia da educação como um favor e não exigindo esse direito. Por outro lado, não há uma chamada pública no sentido de avisar as pessoas onde estão as escolas, avisar as pessoas que elas têm direito à escola. (INSTITUTO UNIBANCO, [2020], n.p).

Nessa visão o educando deve procurar por seus direitos em que são garantidos e assegurados por leis, mesmo que ainda seja vista como uma ação filantrópica e muitos preconceitos. Freire (1987, p. 80) relata que: “[...] a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade [...] busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade”.

2.2 Contextualizando a discussão da EJA

Aprender é um processo constante que requer uma bagagem consistente e estruturada em bases sólidas e criativas. É claramente visível o quanto os sistemas educacionais brasileiros apresentam suas falhas e limitações com graves erros que comprometem à formação de jovens e adultos, porém, no caso da EJA, essa situação se agrava quando as dificuldades existentes nesse modelo de ensino tomam proporções maiores colidindo com outras dificuldades já advindas do histórico social e educacional, portanto os agentes que atuam nessa modalidade devem estar preparados para auxiliar esses alunos que chegam à escola sem conhecimento algum ou estão um tempo significativo distante da instituição, porém, cabe ao docente

intermediar essa fusão de escola e alunos tornando uma forma simples e prática em que os alunos possam adquirir conhecimento.

A educação de jovens e adultos possui raízes históricas não é de hoje que essa modalidade de ensino luta por espaços e notoriedade na sociedade e seja vista apenas como uma ação filantrópica para a alfabetização, prova disso é tida no período da colonização com as práticas jesuíticas no Brasil Colônia, que eram voltadas aos cristãos e só depois surge a educação que visava a profissionalização, buscando minimizar a desigualdade e ofertando educação para todos assim diversos mecanismos voltados a temática crescem a partir da necessidade do ensino e um dos principais elementos complementares é apresentado com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que, destaca em seu Parágrafo 2º, uma noção referente ao ato da Educação e sua extensão benéfica aos envolvidos e como se observa seguinte passagem:

PARÁGRAFO 2º, (LDB) A Educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social.

PARAGRAFO 3º, (LDB). O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios. Destaca-se aqui apenas os princípios: I– Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III – Pluralismo de ideias e apreço à tolerância; IX – garantia do padrão de qualidade; XI - Vinculação entre escola e o trabalho e as práticas escolares (BRASIL, 1996, n.p)

Tendo em vista os fundamentos da LDB citados acima, entende-se que há uma precarização no cumprimento desses princípios essenciais para um ensino mais qualificado para atender as demandas da modernidade de empresas e comércios que exigem cada vez mais dos recém-formados, ainda assim há um preconceito de empresas na contratação de pessoas que passaram pelo modelo de ensino EJA, visto que o ensino regular mesmo com seus defeitos, ainda é o mais visivelmente correto. Em entrevista para TV Univest, Maria Clara de Pierro, da Faculdade de Educação da USP, relata que:

A EJA deveria ter um lugar de prestígio na escola de Educação Básica desde que a Constituição de 1988 reconheceu esse direito aos cidadãos com mais de 14 anos que não tivessem tido a escolaridade obrigatória no país por ocasião da sua infância e adolescência, que esse direito educativo violado fosse restaurado na juventude ou na idade adulta. Esse direito está consagrado na Constituição, reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e previsto nos Planos Nacionais de Educação (PNE). Toda a legislação brasileira ancora esse direito e, portanto, as escolas estão já há muito tempo desafiadas a garantir aos jovens e adultos o acesso apropriado. (INSTITUTO UNIBANCO, [2020], n.p).

Essas explicações são comprovadas conforme o processo evolutivo do mundo tecnológico e da sociedade atual em busca de jovens e adultos com uma formação

complementar para além da básica, assim, menosprezando tal modalidade em que deveria haver uma cultura consolidada. Desse modo,

como ponto de partida, ressalta-se uma fragilidade estrutural do suporte na recepção que possui o ensino EJA, embora seja positivo e um marco de grande importância no resgate do valor da Educação e reconstrução dos jovens e adultos introduzidos novamente nesse universo dos estudos, ainda precisa ser fortalecido com investidas para efetivar mais estabilidade e segurança ao lançar os alunos na realidade social do contexto competitivo que vivem. Para tanto, há uma

grande defasagem nesse ambiente, de modo que acarreta o ensino e aprendizagem do aluno, todavia, o docente deve incentivar e buscar inserir o aluno na sala de aula para que não acabe em evasão. É um desafio bem peculiar para o docente ao tentar ajustar suas metodologias de ensino diante uma multiplicidade de sujeitos distintos de modo que as práticas educativas consigam alcançar e suprir as necessidades de todos de uma forma universal e igual sem desigualdades agravantes.

A EJA segue então com uma missão constante e de tamanha responsabilidade em se encaixar aos aspectos legais da LDB e das realidades particulares dos alunos do modo que se alcance uma universalidade no ensino eficaz.

A produção e efetivação de política pública de Estado para a EJA, centrada nos sujeitos jovens, adultos e idosos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira. Com esse enunciado o documento cita os sujeitos da EJA, situados no contexto de uma sociedade excludente, para sob a responsabilidade do governo, com a participação da sociedade, superar todas as formas de desigualdade e exclusão; a EJA é indicada como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tencionados pelas culturas de jovens, adultos e idosos; isso é constatado com a presença de várias gerações em sala de aula. (BRASIL, 2008, p. 14).

Contudo, podemos identificar o quanto educar pela EJA é uma tarefa árdua, porém encantadora e oportuna que precisa da junção entre um contato prático, teórico e dinâmico para instigar o interesse nos alunos e estimular suas expectativas profissionais e pessoais através de um ensino que tenha o devido suporte para atender as necessidades de todos.

Na Constituição Federal de 1988, vê-se uma referência fundamental para amparar o ensino EJA, isso no que tange o capítulo dos direitos sociais presentes no artigo 6º, que discorre sobre:

[...] o direito à educação e transporte são garantidos, toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de, de acordo com Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988, n.p)

No que se vem trabalhando, é notável que a educação na modalidade EJA é amparada legalmente por essas perspectivas de Direito à educação, porém ela está em desenvolvimento e necessita de mais mecanismos construtivos ao passo de que não é totalmente perfeita e arquitetada. Sendo assim, não se trata somente do desafio pedagógico da profissionalização ativa dos educandos, mas, do equilíbrio na aplicação de técnicas educativas cabíveis e qualificadas para atender demandas e instabilidades que perseguem o percurso dos alunos.

2.3 Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos ocorre de maneira complexa, em que o professor é o mediador da informação na qual proporciona ao seu aluno o poder aquisitivo e captação de informação, porém os alunos que não acreditam que essa modalidade de ensino não fará a diferença se ele fizer presente ou não na escola e acabam insatisfeitos e desmotivados a continuar. Com isso os alunos acabam saindo da escola e acarretando uma grande quantidade de evasão. Por outro lado, o professor oferta o melhor de si para que os alunos se sintam acolhidos e que àquelas horas possam fazer a diferença.

O perfil dos estudantes da EJA é de alunos que buscam qualidade de vida, mas para estarem ali, passaram por várias situações durante o dia. Na maioria das vezes são trabalhadores (as) que deixaram de estudar para sustentar a família, pessoas que não tiveram o incentivo adequado e quando chegaram à fase adulta voltaram atrás.

São várias justificativas que explicam os motivos de eles estarem ali. De certa, forma é constrangedor para aquelas pessoas da faixa etária de quarenta a quarenta e cinco anos estarem na mesma sala que os jovens de quinze a dezoito anos.

Referente à EJA é oportuno citar Costa e Machado:

[...] essa modalidade de ensino, durante muitos anos, foi excluída do processo da Educação Básica, com um histórico de políticas públicas caracterizado como programas. (COSTA; MACHADO, 2017, p.52).

No entanto, vale a ressalva que o Ensino de Jovens e Adultos tem suas virtudes e merecem ser enfatizadas. Dessa forma, esse modelo de educação, deve ser visto como um modelo enriquecedor que busca inserir os alunos que não estão na escola.

A EJA deve ser vista como uma modalidade que merece respeito e igualdade.

A educação social compreende a educação de adultos, popular, comunitária, cidadã, ambiental, rural, educação em saúde e se preocupa, particularmente, com a família, a juventude, a criança e ao adolescente, a animação sociocultural, o tempo livre, a formação na empresa, a ação social (GADOTTI, 2012, p. 7).

Não é apenas uma educação capitalista, existe mais humanização nesse contexto do que uma busca centrada por pessoas capacitadas para o desenvolvimento industrial, visando preparar um indivíduo “capaz de assumir-se como sujeito de sua história [...] como agente de transformação de si, do outro e do mundo [...] por uma prática social, crítica, criativa e participativa” (GRACIANI, 2006, n.p).

Para Freire (1996), as práticas pedagógicas dentro da sala de aula devem ser de uma forma política, crítica e democrática, sendo assim o educador deve ver o educando como um sujeito social e participativo para intervir no mundo, a prática pedagógica está relacionada com as ações dos professores, dos alunos com o meio social e cultural, assim fazendo parte do contexto histórico e cultura.

Partindo desses estudos apresentamos uma pesquisa embasada em dados de questionários aplicados a todos que circundam a instituição escolar, bem como docentes e alunos, ampliando as visões para fins qualitativos, não apenas formar pessoas aptas a ler e a escrever, mas formar cidadãos críticos formadores de opiniões.

Como afirmam o autor Gauthier. (2010, p. 134) “Ensinar é mais do que simplesmente administrar um conteúdo, dividi-lo em sequências e transmiti-lo; é também preocupar-se com o outro”. O conhecimento não é perdido ou inalcançável como afirma o Gadotti (2007, p. 21) “O aluno aprende quando o professor aprende ambos aprendem quando pesquisam”. Tendo em vista que há uma consolidação do aprendizado, com base nos alunos entrevistados, boa parte deles afirmou que adquiriu conhecimento conforme o que era repassado, porém se exige atenção e comprometimento.

A

questão é que nem sempre essa aprendizagem é colocada em prática justamente pela falta de aceitação social e assim o número de jovens e adultos desempregados tende a aumentar, outra consequência é que mesmo o aprendizado sendo adquirido, muitas vezes o que ocorre é um consumo de conteúdos didáticos que uma hora ou outra são jogados fora pela desmotivação de muitos e isso frequentemente acontece, no

entanto, Freire evidencia: “O professor precisa [...] apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem.” (FREIRE, 2018, p. 91).

Nessa concepção, o aprender é então uma junção de elementos, sendo que não depende apenas do professor ou só da família ou do Estado, mas especialmente do próprio aluno se permitir abrir aos horizontes do ensino, seja ele na modalidade EJA ou no ensino regular, porém o professor é fundamental em todo o processo.

2.3.1 Desafios do professor na EJA

O Ensino da EJA é um ensino marcado por dificuldades, em que o professores que não possui uma formação adequada para que possa atuar na área da EJA. Tendo em vista que o docente deve analisar o cotidiano escolar para aplicar sua metodologia e utilizar estratégias, mas alguns docentes têm dificuldade para ministrar suas aulas e acaba infantilizando o método de ensino.

O município onde situa a escola pesquisada não oferece cursos preparatórios para que os professores possam estar preparados para atuar em uma sala de aula da EJA. Trata-se de um trabalho árduo onde o professor deve dar o melhor de si, mesmo que na maioria das vezes os alunos ainda não sabem ler ou escrever, mas ainda assim o professor deve ter um cuidado minucioso para não infantilizar o ensino, ou por vez tentar extrair do aluno só porque é uma pessoa adulta. De certo modo, não é possível comparar a mente de uma criança a de um adulto, pois a criança está apta a compreender o que é repassado em questões de segundos (a criança está em processo de formação contínua, que aprende com facilidade), enquanto o aluno adulto, ele possui uma série de responsabilidades na qual bloqueia sua aprendizagem.

O trabalho do professor é por sua vez complicado, pois ele deve lidar com o estudante que não conhece nada, esperar pelo tempo dele, que são vários alunos, mas cada um com sua particularidade. É um desafio a cada dia para o professor, pois quando se ensina a criança, elas captam a mensagem rapidamente, já o adulto, ele passou o dia cumprindo suas responsabilidades e a noite vai assumir o dever de estar na escola; assim, devido à sobrecarga de informações o aluno acaba não trazendo resultados positivos e cabe ao professor ofertar uma nova chance e várias possibilidades para o aluno conseguir entender o que está sendo repassado.

Em uma mesa-redonda no Jornal UFG sobre o Ensino entre Jovens e Adultos, a gerente da Educação de Goiânia, Márcia Melo, comentou sobre os principais desafios desse tipo de aprendizados com os seguintes dizeres:

O grande desafio da educação de jovens e adultos é a permanência, porque estar na escola não é só o desejo de voltar a estudar, mas envolve uma série de questões que fazem com que ele saia da escola, entre elas, a questão da sobrevivência dele e da família porque, muitas vezes, ele entra na escola por causa do trabalho, mas tem que sair por causa desse trabalho que o pressiona para ficar mais tempo. Esse é um elemento que vivenciamos o tempo todo na escola (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015, n.p).

Desse modo, o professor agente da Educação de Jovens e Adultos deve ser paciente e persistente. Conforme Freire (2018, p. 40) “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar [...]”, para enfrentar esse trabalho árduo e lutar pela permanência do aluno, acaba deixando o ensino mais flexível para que o aluno não se sinta sobrecarregado e possa permanecer na escola.

2.3.2 Dificuldades dos jovens na EJA

Na seção II da Lei nº 12.852 de 2013, vê-se o quanto os jovens representam objeto de grande importância para o ensino, sendo assegurados os direitos à educação na legislação:

Artigo. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. 2º É dever de o Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno ressalvado a legislação educacional específica.

§ 3º São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais (BRASIL, 2013, n.p).

Citado o então Estatuto da Juventude, podemos acentuar nessa investigação de pesquisa que embora haja um amparo legal e claramente visto, na prática, o ensino da EJA não atende totalmente as determinações legais, sendo superficial, por exemplo, ainda não existe um suporte resistente que atenda alunos com necessidades especiais, isso é uma dificuldade posta aos jovens alunos da EJA que

estão em situação de invisibilidade. No caso de alunos com deficiências auditivas ou motoras, torna-se complicado e visivelmente impossível. Nessa visão, dificilmente são encontrados alunos com algumas dessas necessidades nas salas de aula devido à precariedade do ensino.

Dessa forma, acabam abandonando os estudos, até buscam retornar e obter bons resultados, porém sofrem com diversas privações no sistema de ensino que são inseridos. Igualmente fala-se de outras figuras de jovens que estudam na EJA, como aqueles que trabalham durante o dia e estudam durante a noite e é visível nesse quesito, pois há um forte desequilíbrio e desfoque do ensino, pois apresenta-se uma sobrecarga danosa que o professor além de ser compreensível com a situação do aluno, deve buscar meios de aplicar uma rotina saudável na prática educacional desses indivíduos.

Onde acabam aceitando aos acordos impostos pelos estudantes, pois de certa forma, tenta assegurar o aluno na escola, assim submetendo ao ensino, mais suave para não sobrecarregar o aluno e não acabar distanciando o mesmo pela desmotivação de não conciliar as obrigações.

2.3.3 A Hesitação dos Adultos/Idosos na EJA

Essa modalidade trata de amparar os idosos pelo programa da EJA, porém o principal empecilho está na privatização de espaço para esse grupo mesmo que seja mínimo, porém, o ensino direcionado aos alunos da terceira idade ainda está principiando uma inclusão no cenário atual. Contudo o problema se repete pela carência de profissionais capacitados para dar aula de forma adequada aos alunos mais atrasados nessa jornada pela solidificação do saber educativo.

Nesse sentido, os idosos são os mais afetados entre aqueles que busca retornar à escola para aprender o que antes não poderia por algumas circunstâncias, seja porque foram criados em uma cultura que não se importava muito com a Educação ou porque desde cedo foram incentivados ao trabalho braçal sem precisar de muito conhecimento educativo, com isso a EJA carrega esse embaraço de despertar nos idosos os conhecimentos que antes foram perdidos e nessa luta a escrita e a leitura representam os maiores desafios.

O obstáculo aqui é ensinar de maneira lúdica aquilo que não foi visto desde a infância, sabemos o quanto esse retardamento é drástico já que trabalhar com a mente de uma criança de sete anos de idade é bem mais diferente e fácil que se

trabalhar com a mente de adultos entre 45 e 60 anos.

Embora nunca seja tarde para aprender ou para viver aquilo que não havia vivido antes, mas o cérebro acompanha o processo humano e também tem certos limites para adquirir certos conhecimentos, por exemplo, a velhice é uma dádiva, mas sua chegada faz com que a memória não possa ser comparada à de um jovem ou de uma criança, por isso é a mais afetada, assim a memorização do ensino que receberam acaba por ser comprometida devido a sua condição física e psicológica, mas isso é relativo, existem idosos que conseguem ter bons resultados no ensino e detêm uma maior facilidade, sendo que outros nem tanto.

A questão aqui é ressaltar que uma parte dos docentes ao receberem esses alunos sentem-se perdidos e inseguros na aplicação de quaisquer metodologias, isso ocorre pela má formação deles, assim, acarreta no repasse da saberes que buscam variantes efetivas para que os alunos não sofram com as dificuldades da extensão de conteúdo.

Portanto, no que diz respeito à EJA voltada ao ato educacional de alunos de terceira idade há uma alarmante dificuldade na inclusão deles por fatores que causam instabilidade metodológica e da precariedade na quantidade de docentes aptos ao exercício de uma função cuidadosamente regrada pela dinâmica educativa, acessibilidade e compreensão das necessidades mais ocultas desses alunos. Mediante toda essa explanação, é visto que o ensino da EJA precisa ofertar mais espaço, atenção e dedicação na construção intelectual de conteúdos aos mais idosos analfabetos que detêm como enorme obstáculo o ato da leitura.

A leitura e a escrita caminham juntas e uma não pode existir sem a outra. Com isso o desafio da EJA em qualificar os seus alunos nessa perspectiva é extenso e prejudicial principalmente na questão dos adultos que não possuem sequer a mínima bagagem de ler e escrever tendo que começar do início, ou seja, codificar e decodificar.

De acordo com Suzana Reolon (2010 p.19) “atualmente as pessoas leem pouco, ou mal, e cada vez se escreve menos”. A decadência do ensino, em todos os níveis é preocupante. Sendo assim, incorre no status atual e oriundo de um contexto arcaico e amplo e um comum desafio da dificuldade em inserir o hábito da leitura e escrita encontrada no ensino na EJA.

Contudo é possível destacar que o sistema da EJA não somente referência sobre educar os mais velhos, mas os jovens, pois é preciso que o comportamento dos sujeitos seja equiparado, ou seja, o dilema da dificuldade aqui estudada é que o

ensino da EJA necessita de avanços que combatam as desigualdades de grupos nas relações durante o processo de ensino, ou seja, de concretizar um ensino inclusivo e igualitário para os diferentes sujeitos. Dessa forma, vale salientar que:

[...] Aprendizagem ao longo da vida, do berço ao túmulo, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos [...] reafirmamos os quatro pilares da aprendizagem, como recomendado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, apud SERRA; FURTADO, 2016, n.p).

Nessa perspectiva, podemos salientar que o processo de aprendizagem deve ocorrer de forma ativa com vista as transformações sociais do ambiente e do sujeito educativo.

2.3.4 Obstáculos Pedagógicos

Uma das maiores dificuldades da EJA é adaptar-se ao novo. O professor representa o centro da Educação, mediando o conhecimento e se adequando às necessidades do ensino, é por meio de sua iniciativa que os métodos pedagógicos são exercidos. Haja vista que há poucos profissionais competentes e habilitados para o exercício das funções pedagógicas e aptos para atender as necessidades dos alunos, o docente deve sempre auto se avaliar para que possa atender as necessidades da realidade em que atua.

Nesse contexto apresenta-se o tradicionalismo educativo, em que mediador se acomoda na fragilidade de métodos comuns/simples privatizando a oportunidades que os recursos inovadores podem oferecer de forma criativa, explorando um trabalho dinâmico para que os alunos fiquem presos aos conteúdos didáticos, nesse entrave Arroyo (2017, p. 69) defende que:

[...] o passo decisivo para reinvenção da EJA é ter o trabalho como referente ético-político-pedagógico. Mas, no mundo contemporâneo, estamos expostos às novas mídias, veículos de transmissão de informações em tempo real, bem como de conteúdo de informações e opiniões, os quais fazem parte do cotidiano das pessoas. (ARROYO, 2017, p. 69).

O desafio nessa questão é superar as limitações da aplicabilidade de práticas pedagógicas e introduzir universalmente os alunos de modo que não haja exceções e não se sinta excluído. Sendo assim, é importante citar o pensamento abaixo para

entendermos melhor esse impasse que dificulta o ensino na EJA de acordo com Eva Chow, coordenadora de projetos do Centro de Paula Souza:

Se parte do entrave da EJA está em garantir que estas pessoas tenham condições de dedicar tempo para os estudos, outra vem da dificuldade de ressignificar a escola. 'Quando nossos alunos de EJA chegam aqui, temos que trabalhar com a autoestima deles, porque se sentem fracassados e incapazes'. A escola não pode perder de vista todos esses sentimentos e a bagagem de vida que estes alunos trazem, porque tudo isso interfere na aprendizagem. (CHOW apud MATUOKA, 2018, n.p).

Sendo assim, a perplexidade das dificuldades na construção de um vínculo estritamente direcionado a motivação do aluno implica nas atitudes dos profissionais docentes que não conseguem conduzir as aulas e a transmissão educativa de modo que encante é desperte novamente o gosto pelo estudo. É importante ressaltar que essas dificuldades decorrentes evoluem conforme o desinteresse do Estado em incentivar o fortalecimento do ato pedagógico dentro desses sistemas de ensino em crise.

2.4 O ensino: uma perspectiva para o mercado?

De certo modo existe uma colaboração dessa educação na preparação de alunos para o ingresso no mercado de trabalho, visto que sem esse ensino tampouco haveria mais visibilidade dos jovens e adultos com formação básica. Nesse viés, embora facilite o ingresso no mercado, nota-se que o ensino aqui discorrido não é uma garantia de que o indivíduo saia e consiga um emprego de imediato, isso leva tempo e até mesmo anos dependendo de inúmeros fatores externos.

A EJA colabora para que seus alunos estejam preparados para o mercado, mas isso só ocorrerá caso ele reúna estratégias direcionadas para tal questionamento, com isso é evidente o quanto deve o ensino dispor de cursos acrescidos de reforço e principalmente de cursos profissionalizantes.

Segundo Adriana Fortunato, (2020, n. p): "A inserção do jovem da EJA no mercado de trabalho depende da retomada relativa da situação econômica que o Brasil está enfrentando, do crescimento demográfico e das condições sociais das famílias brasileiras", assim podemos explanar o quanto os obstáculos da crise econômica e da desigualdade capitalista no país refletem em impedimentos para o desenvolvimento do programa que necessita dos recursos e do equilíbrio dos incentivos do governo em prol de amparar sistema

educativo dessa categoria. Conforme explicações de Correia, Baltazar e Holanda (2006, n. p):

[...] entende-se que: a inserção do jovem no mercado de trabalho realiza-se de forma caracterizada, segundo a condição socioeconômica da sua família. Para as camadas com menor rendimento, o percentual de jovens que participam da População Economicamente Ativa (PEA), sejam eles ocupados e desempregados, é sempre inferior ao registrado para os jovens pertencentes às famílias com maior poder aquisitivo. Está elevada proporção de inativos entre os jovens mais pobres está vinculada às crescentes dificuldades de entrada no mercado de trabalho, marcadas pelo crescimento do desemprego (CORREIA; BALTAZAR; HOLANDA, 2006, n.p).

Diante do trabalho apresentado, notamos quão grave é a dificuldade de ofertar assistência de ensino igualmente desenvolvido e com falhas tão relevantes para balançar os níveis de ensino dos indivíduos. Contudo, grande parte dos alunos da EJA é de famílias que se encontram em vulnerabilidade social, trata-se de grupos minoritários e com poucas chances de conseguir uma vaga de emprego se comparados ao grupo do mercado competitivo e com outros alunos de condições mais estáveis que obtiveram um nível de educação bem mais específico e qualificado.

A

questão aqui não é fazer um discurso aprofundado no tema da desigualdade escolar do ensino, mas ressaltar que essa mesma desigualdade é uma das maiores problemáticas que dificultam o desenvolvimento do ensino qualificado na EJA. Por isso é primordial tratar essa vertente como elemento oriundo da atuação governamental, a qual devido às crises do país acaba por alargar as dificuldades no ensino ao passo que não equilibrou devidamente os investimentos em todos os setores do país seja na educação ou no desenvolvimento da própria nação.

Sabemos que, um ensino capaz de formar sujeitos para colocação no mercado de trabalho atual é aquele com seus projetos e estrutura solidificada de modo concreto e para isso é evidente o quanto se faz necessário uma cooperação de todos os elementos do sistema, porém reconhecemos que qualquer sistema de ensino por mais perfeito que pareça ser carrega suas problemáticas

Diante dessas discussões, é notório que mesmo com essas objeções dificultando o ensino EJA não se pode negar sua extensão construtiva, pois a mesma conseguiu proporcionar um avanço na edificação de sujeitos minimizando o analfabetismo dos alunos, porém mesmo com esses avanços surge outro agravante, o problema agora não é apenas saber ler, mas pôr em prática aquilo que foi lido e

muitos alunos da EJA possuem dificuldades nesse ato, sendo inclusos no âmbito do pelo funcional e estrutural.

Apesar de reconhecerem letras e números, essas pessoas não conseguem interpretar e compreender textos curtos e sem complexidade, sendo assim a EJA se depara com esse fato impicante e torna mais difícil criar meios para socorrer os alunos afligidos por esse bloqueio.

O bloqueio da falta de erudição interpretativa ocasiona mais fragilidade ao ensino da EJA, ocorre que muitos pedagogos se deparam com o constrangimento dos alunos, que quando envergonhados não assumem que passam por dificuldades na interpretação e aplicação de conhecimentos adquiridos, assim é uma dificuldade para o docente conhecer o aluno, só conhecendo os sujeitos do ensino que se podem oferecer novos caminhos para o conhecimento. É para eles que o ensino se volta, só conhecendo suas deficiências no aprendizado é possível que haja construção de saber progressivo, gratificante e marcante para os indivíduos e suas diversas realidades.

[...], vivemos em um momento de aviamento e de desvalorização do trabalho do professor em todos os níveis, a pedagogia da autonomia nos apresenta elementos construtivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão da formação humana. (FREIRE, 2018, p. 5).

Tendo em vista uma breve análise do pensamento na literatura de Freire, entendemos que o docente é parte da construção social e cultura dos alunos e que mesmo diante de toda sua importância para construção dos educandos no âmbito escolar, existe uma larga desvalorização dos professores que se perpetua e abre espaço para dificultar o aperfeiçoamento da Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, pontua-se nesse projeto que o ensino EJA só funciona com todos os seus objetos de ação tais como: alunos, espaço, ferramentas e os professores que irão aplicar suas práticas pedagógicas visando o crescimento dos alunos, mas com a desvalorização dos profissionais as dificuldades se alargam e prejudicam drasticamente fazendo com que haja um enfraquecimento no ensino, além do mais o impasse da incompatibilidade com o preenchimento de vagas no mercado de trabalho atual, cresce mediante o erro do ensino da EJA, muitas vezes os alunos saem com uma base de leitura e aprendizado, mas constando apenas um modelo decorativo e preso ao ato de codificação sendo a decodificação, ou seja, expressão e compreensão de tudo aquilo que aprendeu mais necessário, porém não alcançada.

2.5 Leis que regem a Educação de Jovens e Adultos

São diversas as leis que abrangem a Educação brasileira, uma delas é a Constituição Federal de 1988 em que destina uma educação de qualidade composta por 10 capítulos repletos de princípios. Em sequência a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que regulamenta o ensino público e privado.

Podemos citar também O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90; Lei nº 10.098/94 que estabelece critérios básicos para acessibilidade de crianças portadoras de alguma deficiência e comorbidade e não menos importante temos o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) órgão responsável por auxiliar o Ministério da Educação na formulação e avaliação da política nacional de educação; entre outras regulamentações que fundamentam a Educação brasileira.

2.5.1 Leis de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96)

A educação para jovens e adultos somente ofertada em escola da rede pública, assegurada pelo Estado teve início a partir dos movimentos sociais por lutas a programa educativos, sociais e culturais para que pudesse permear a visibilidade do cidadão vulnerável, Arroyo afirma:

Os olhares tão conflitivos sobre a condição social, política, cultural desses cidadãos têm condicionado as concepções diversas da educação que lhes é oferecida. Os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis... – têm condicionado o lugar reservado à sua educação no conjunto das políticas oficiais. A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. É uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares. (ARROYO, 2001. p. 04)

Tendo em vista os parâmetros que rege a Educação Brasileira, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos ainda é considerada um ensino filantrópico em que se configura em movimentos sociais para as classes marginalizadas, dessa forma, Freire (1991, p. 30) ressalta:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como um ato de conhecimento, como

ato criador e como ato político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 1991, p. 30).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), em seu artigo 37:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 2008, n.p).

O Estado apresenta a LDB para que possa conduzir e assegurar o Jovem e/ou Adulto garantindo a uma educação básica de qualidade, com isso, o estudante tem direito ao exame do ensino médio com certificado de conclusão de curso.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, n.p).

As leis asseguram uma educação básica e contempla alunos que por algum motivo teve seu direito negado e dessa forma apresenta uma escola de qualidade e reconhecimento daqueles que lutam por igualdade. A LDB – Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 estabelece:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria. (BRASIL, 2013, n.p)

Tendo em vista que esse processo se ajusta no sistema capitalista, a ideia de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho como agente social, crítico e participativo, a legislação escolar nacional ainda caminha distante de promover uma verdadeira emancipação social entre jovens e adultos.

2.5.2 Constituição Federal de 1988

A Constituição de 1988 é a atual Carta Magna do Brasil que serve de parâmetro para as demais legislações vigentes no país. Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, ela foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988.

Conhecida com Constituição Cidadã, a Constituição da República Federativa do Brasil restabeleceu a democracia após 21 anos de Ditadura Militar no Brasil. A Constituição de 1988 foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e composta por 559 parlamentares.

A Constituição de 1988 introduziu como princípio toda educação direcionando o pleno desenvolvimento do sujeito para que possa atuar em sua sociedade como um profissional qualificado exercendo seu direito como cidadão, assim reconhecendo a Educação como direito de todos em seu artigo 208, assegura:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
 I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”
 Alterações do Artigo 208 (Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009): Art. 1º Os incisos I e VII do Art. 208 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: 208. I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, n.p)

A partir da Constituição Federal surge a ideia de implementar o Plano Nacional de Educação (PNE), prevendo um regime de colaboração entre a federação a fim de assegurar a universalização de um ensino de qualidade e a certo modo, obrigatório.

2.5.3 Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001)

Em 09 de janeiro de 2001 foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação; o PNE ficou marcado pelo desenvolvimento das lutas por estratégias de planejamento educacionais da sociedade. O artigo 214 da CF/88 (BRASIL, 1999, p. 119) determina que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I- erradicação do analfabetismo; II- universalização do atendimento escolar; III-

melhoria da qualidade de ensino; IV- formação para o trabalho; V- promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1999, p.119).

O plano foi criado para atuar nas desigualdades sociais, econômicas e políticas que vem persistindo ao longo das décadas no Brasil. Foi elaborado para garantir o futuro promissor por meio do aumento do nível de escolaridade de seus cidadãos tendo como objetivo assegurar o aluno a uma educação de qualidade.

Em 2014 o Plano Nacional de Educação foi atualizado com validade de até 10 anos. A adoção e implementação do PNE em escala nacional pauta-se na possibilidade de erradicação do analfabetismo, universalização e superação das desigualdades educacionais, com foco em erradicar toda e qualquer forma de discriminação. Também se prevê melhorar a qualidade da formação, inclusive a profissional, a promoção da cultura, a tecnologia e a ciência nacional, mas levando em conta o respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade e diversidade socioambiental.

A garantia dessas ações se dará pelo estabelecimento de meta de aplicação do PIB, destinando-se os recursos necessários. Assim, também seria garantida uma melhor e maior qualificação e valorização dos profissionais da educação, medida essencial para que todas as outras possam ser concretizadas.

2.6 Objetivos:

Diante destes pressupostos, a presente pesquisa possui os seguintes objetivos:

2.6.1 Geral:

Identificar as dificuldades e anseios que permeiam a educação de jovens e adultos, e as contribuições que essa modalidade pode oferecer para o aluno visando sua participação como sujeito crítico, democrático e social.

2.6.2 Específicos:

Analisar o processo de desenvolvimento do docente em sala de aula e falta de formação específica para atuar nessa modalidade de ensino;

Apresentar os desafios que os alunos enfrentam para exercer suas responsabilidades na sociedade democrática e capitalista e se adequando em suas regras;

Compreender os aspectos sociais e culturais que contribui para o desenvolvimento e aprendizagem;

Entender o processo de aquisição de aprendizagem desses alunos que passam pela EJA.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa pertence a duas, uma abordagem bibliográfica e a outra qualitativa, que se trata de identificar elementos de aptidão social de forma ampla e os desafios da Educação de Jovens e Adultos analisando os aspectos culturais e econômicos. É uma pesquisa exploratória que busca compreender a realidade e vivências a partir de observações e experiências combinada com um embasamento teórico e fontes bibliográficas. Na bibliográfica, GIL (2002, p. 44) menciona que, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, os quais correspondem ao suporte utilizado para o embasamento da nossa pesquisa. As autoras Ludke e André descrevem bem o conceito de pesquisa qualitativa, quando relatam que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: Os dados coletados são predominantemente descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; “O significado” que as pessoas dão as coisas e à sua

vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo". (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

Os instrumentos utilizados para elaboração desse trabalho vão desde observações no cotidiano da instituição a questionários básicos em que os participantes puderam relatar os desafios e ensejos da modalidade.

4 RESULTADOS

Tendo em vista a Educação de Jovens e Adultos e como referência as dificuldades, como: fatores sociológicos, econômico e principalmente cultural, o presente estudo apresenta os desafios encontrados em tal modalidade. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo.

A pesquisa foi realizada com alunos e professores da rede pública municipal, sendo 10 (dez) alunos ativo na educação, 10 (dez) ex-alunos da mesma modalidade e 10 (dez) docentes da área de educação de adultos.

A pesquisa teve o intuito de expandir os conhecimentos a partir dessas vivências. Partindo dessa visão, a pesquisa foi totalmente exploratória, visando buscar informações a respeito do tema em ênfase. A Escola explorada é da rede Municipal, situada em Piranhas Alagoas. Os sujeitos colaboradores são alunos do 1º ao 5º ano da educação fundamental I, e alunos que por algum motivo evadiram e passaram a ser ex-alunos.

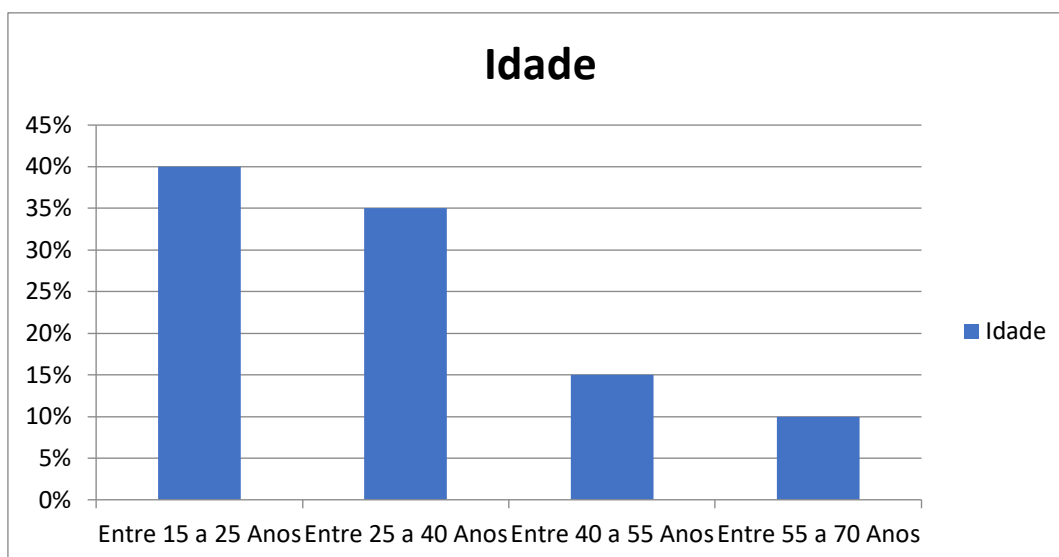
4.1 Professores

Referente a entrevista baseada nas dificuldades que os professores da EJA enfrentam em sua visão, é notório que, 90% dos professores enfatizaram que uma das maiores dificuldades da modalidade é escassez de materiais para trabalhar com a diversidade, para tanto, são pessoas de idades distintas, que trazem consigo fatores que implicam em seu desenvolvimento de aprendizagem, com isso, há dificuldade de fazer com que os alunos se dediquem a leituras e deixem de lado o ato de apenas decorar os conteúdos, em contrapartida, os desafios são amplos e poucas possibilidades, que na maioria dos casos depende não só do professor, mas do empenho e dedicação do aluno.

A maior concentração dos docentes em seu questionário enfatiza que o principal problema nesse âmbito é a falta de conhecimentos dos professores, que grande parte deles foram formados em disciplinas específicas como: Pedagogia, História, Letras e Geografia, porém, mesmo que sejam formados, o conhecimento para essa modalidade ainda é defasado.

Portanto, a maioria dos docentes aceita esse desafio como possibilidades e assim, busca uma especialização na área, para que possa atender seus discentes de forma justa, mesmo que o ensino ainda não acompanha o ritmo de estímulo dos alunos na idade certa, ou seja, pode se concluir por meio do questionário aplicado que 100% também concordam que o ensino da EJA, possuem dificuldades prejudiciais, mas não negam que o programa não tenha sua qualidade e afirmam que sem ele a situação dos jovens e adultos estaria mais alarmante. O gráfico abaixo mostra a idade dos alunos, já que a diferença entre os sexos é considerada igualitária.

Gráfico I - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras, 2021.

O gráfico apresenta a idade de 28 alunos de uma mesma sala, com isso podemos relatar a diversidade e contextos multiculturais, que o professor deve ser o agente intermediador do conhecimento, e repassar saberes de várias formas em um só conteúdo. Sendo perceptível que a turma é composta por alunos de até 70 anos. Vale ressaltar que os mesmos perderam a idade ideal para serem alfabetizados por isso, buscam recuperar oportunidades que foram deixadas para trás.

Ainda sobre o questionário, foram obtidos dados significativos, onde o professor ressalta a importância de outros recursos para os alunos, já que o método é precário, mas tem suas virtudes, pois a partir dele o alunado tem direito de voltar à sala de aula, e fazer valer seu direito à educação. Sendo assegurado pela Lei de diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 37, onde apresenta o seguinte: “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 1996, n.p).

Segundo os dados obtidos pelo questionário, 90% dos entrevistados concordam que os professores possuem sua parcela de culpa sendo eles necessários para o desenvolvimento de métodos que sejam eficazes e facilitem no ensino dos jovens e adultos, mas 10% discordam e reconhecem que o problema está nas ações do governo, que deveria ser mais participativo nas causas relacionadas ao ensino e afirmam que ainda há um longo caminho para ser percorrido.

As respostas dos educadores demonstram uma questão delicada em relação aos desafios que atingem os alunos da EJA diante dos dilemas do nosso país, pois

não se consegue alcançar eficácia na preparação desses jovens para as empresas, mercados e por causa da desigualdade econômica que avança atingindo esses jovens despreparados para um espaço tão competitivo e de constante circulação de informações e conhecimentos.

É possível obter como resultado da pesquisa um preocupante destaque no analfabetismo funcional que preocupa o ensino em modalidade, com isso, por se tornar na maioria dos casos um sistema frágil acaba que se prendendo ao repetitivo costume de mera codificação, assim é visto o quanto à interpretação, leitura e escrita na EJA são bases necessárias de uma atenção e aplicação mais efetiva, pois ambos precisam de incentivo com mais força dentro do ensino de modo agradável e que desperte nos alunos o gosto e o reconhecimento. Para que assim, não enxerguem a evasão como possibilidade.

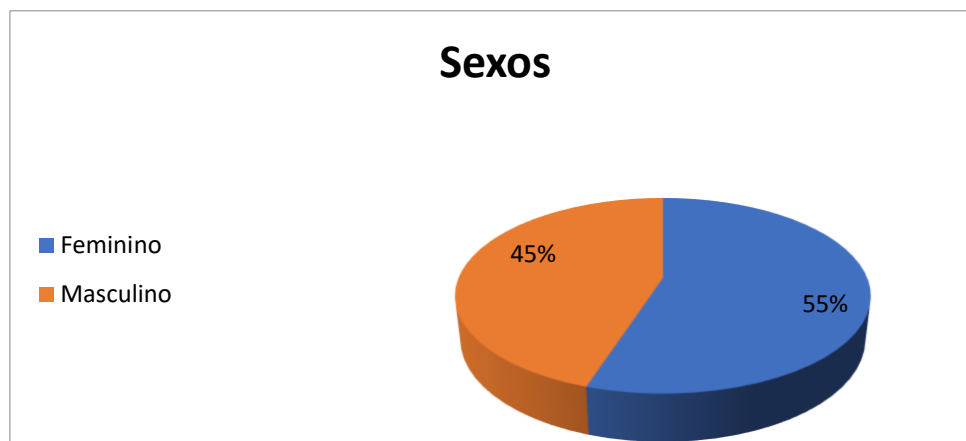
Outra questão que foi enfatizada, nessa vertente de evasão, onde os professores relatam que no início do ano letivo a turma começa com cerca de 30 alunos na sala de aula, de modo que o avanço das aulas percorrem os alunos vai distanciando da instituição, nesse sentido quando o ano é concluído, aquele total de aluno reduz em 70%, onde eles como docentes não tem muito a fazer, já que são adultos e tem sua opinião formada, mesmo o ensino sendo flexível e se adaptando conformes as necessidades de cada indivíduo.

Outro ponto crucial e importante é a educação inclusiva, onde busca o interdisciplinar, assim respeitar e contribuir na formação de cada sujeito, independente da sua singularidade. Desse modo, é certo afirmar que a educação inclusiva na modalidade EJA é muito complexa, pois o ensino por si só possui várias necessidades e esse modelo de educação inclusiva requer um aparato minucioso para contribuir na aprendizagem do alunado.

4.2 Alunos

Nesse tópico, serão apresentados os dados obtidos a partir dos questionários dos alunos. Essa pesquisa foi realizada com 11 mulheres que estudam ou que já estudaram nessa modalidade, e 9 (nove) homens, com idades de 18 e 35 anos.

Gráfico II - Sexo dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras, 2021.

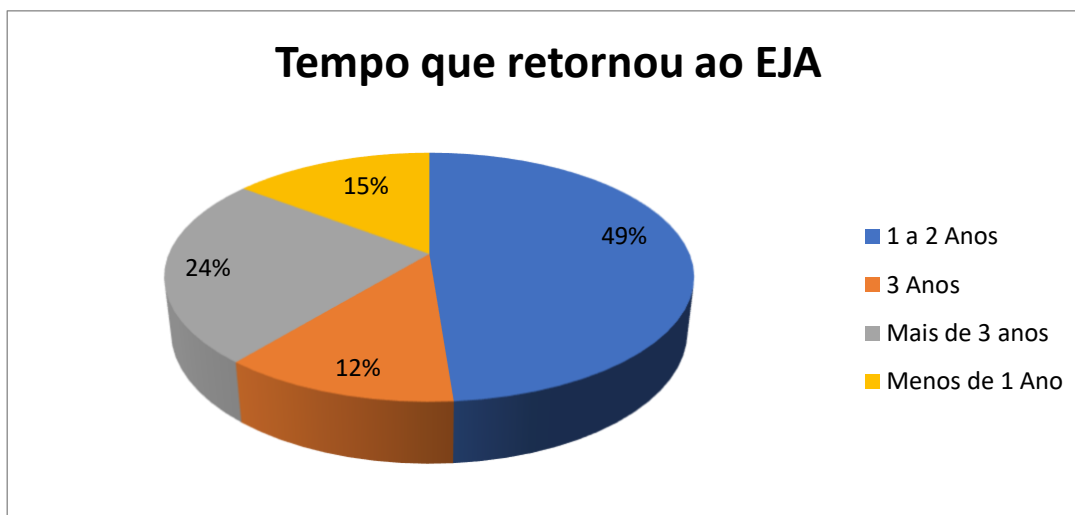
A figura acima representa a quantidade de alunos entrevistados e os sexos. Conforme a entrevista expandia-se, outras indagações foram surgindo, e uma delas também foi sobre a diferença de mulheres e de homens, pois o contexto apresentava-se mais mulheres e menos homens na escola, ambos estavam ali pela busca de qualidade de vida que se configura em ampliar seus e sair da vida em que vivem, visando os estudos como porta de entrada para o mercado capitalista para que através do seu certificado as condições de vida venham a crescer.

De onze (11) mulheres, duas precisam deixar seus filhos com os vizinhos para estudar; quatro trabalham e deixam seus filhos com seus maridos à noite; três trabalham e estudam e duas apenas estudam. No caso dos homens, apenas cinco estudam, os demais são ex-alunos porque não conseguiram conciliar o trabalho com os estudos e acabaram optando pela evasão, os outros trabalham e estudam, porém vale ressaltar que são jovens de 18 a 25 anos e solteiros. Nessa visão podemos constatar com as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2006, p. 27) enfatiza que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual. (BRASIL, 2006, p. 27)

Pessoas casadas e pais de família tendem a evadir a escola por fatores socioeconômicos, principalmente quando a renda é baixa. O gráfico abaixo apresentará a classes dos alunos que ainda estão cursando, a modalidade de Jovens e Adultos.

Gráfico III - Tempo de retorno à EJA



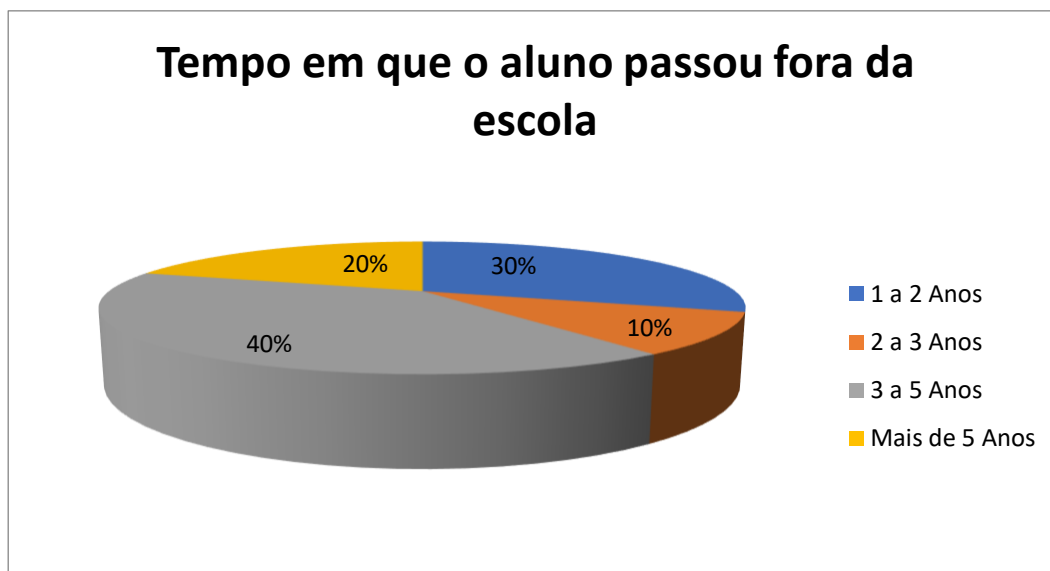
Fonte: Elaborado pelas próprias autoras, 2021.

O Gráfico mostra por quanto tempo o aluno retornou ao Ensino da EJA e ainda estão estudando. Vale ressaltar que os entrevistados, estudam entre o primeiro e quinto ano da educação fundamental, então grande parte dos alunos passam por um processo transição, em que fatores externos implicam na vida dos mesmos que acabam abandonando os estudos, e conforme o ano inicia, acabam voltando.

A partir das informações obtidas é visto que os estudantes adultos procuram a modalidade da EJA, pela facilidade e contribuição para que possa concluir seus estudos e conseguir um diploma rapidamente já que essa modalidade oferta dois anos de curso em apenas um, de certo modo, vem facilitar a entrada no mercado de trabalho. E enquanto aos alunos de terceira idade, que retornam à escola acontece que a maioria não está alfabetizada, o que se torna constrangedor para eles por não saber assinar seu próprio nome. Dessa forma, o EJA se torna o mais procurado por pessoas a partir dos 18 anos, deixando de escolher entre o ensino fundamental ou médio.

Em outro tópico é perceptível o longo tempo que os alunos passaram sem frequentar uma escola, observe o gráfico a seguir:

Gráfico IV - Tempo fora da Escola



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras, 2021.

Tendo em vista esses dados, o motivo pelo qual o retorno ocasiona-se é uma busca por melhor qualidade de vida e uma remuneração maior que é recebida nos seus empregos, dessa forma, essa modalidade é mais procurada por: faxineira, pedreiro, carpinteiro, idosos aposentados e jovens que tenta concluir o ensino mais rápido sem interferir drasticamente em seu tempo “perdido”.

4.3 Coleta de dados

Aplicamos o modelo de coleta de materiais para aplicação dos questionários, com questões básicas, como ressaltado. Foi trilhando um caminho com várias indagações para o surgimento dessas análises. Na primeira fase configurou-se em uma investigação qualitativa onde acarretou nas possibilidades de propagar os conhecimentos a partir do tema e logo em seguida foram elaborados os meios para construção da base metodológica dessa pesquisa. Entretanto, o questionário pode-se ser entendido como:

[...] uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (GIL, 2008 apud DOURADO, 2013).

E nesse sentido, podemos obter resultados de cunho qualitativo e quantitativo conforme o material colhido para análise. A pesquisa produzida a partir de três modelos de questionários sendo um para educadores, alunos matriculados “ativos” e alguns ex-alunos do ensino EJA.

Entretanto, a aplicação desses questionários surgiu para ampliar e contribuir para obtenção de material para favorecer nos resultados. Os dados coletados contribuíram perceptividade com uma porcentagem quantitativa para a avaliação e comparação das respostas verificando os pontos positivos e negativos de cada assunto abordado, assim norteando com desafios e possibilidades enriquecendo a pesquisa.

Analisaram-se também, como as respostas fundamentam a pesquisa trabalhada e quais suas contribuições, afirmações, negações ou complementos para esse trabalho. Foi realizada uma investigação por meios bibliográficos, tendo em vista a necessidade de aplicação dos questionários para fortalecer o ponto de partida desse trabalho.

4.4 Pontos de análise

O trabalho apresentado foi produzido através de uma visão que busca identificar as dificuldades prejudiciais no ensino para Jovens e Adultos tratando-se de detectar as principais decorrências do ensino sobre as particularidades de cada educando. Vale ressaltar, que a pesquisa presente busca compreender os diversificados âmbitos sobre a educação da EJA, sendo eles: efetividade do ensino para o aluno na sua formação, aprendizagem, qualificação profissional para o mercado e crescimento pessoal, além disso, investigou-se acerca do olhar dos docentes em relação aos desafios e dificuldades no ensino. Também, observou-se a importância do ensino EJA para inclusão dos jovens e Adultos e para a atuação do profissional da docência e o pedagogo nessa modalidade educacional.

Outro ponto observado foi o contexto do espaço atual e da antiguidade para entender a questão do ensino e da atuação dos educadores e educando e todo processo de crescimento, observando as relações entre as técnicas de ensino e como elas alcançam ou não os alunos. Ademais, foram pontuadas na análise da pesquisa as dificuldades mais instigantes e preocupantes que geravam tensões tanto para alunos como para docentes da Educação.

4.5 Processos de aplicação da pesquisa

Primeiramente foram analisados alguns posicionamentos de grandes nomes como: Paulo Freire (1979, 1996), Maria Clara Di Pierro (2000, 2001). Freire (2013) trabalhou em torno da legislação constitucional discorrendo qualitativamente e

comparando posicionamentos próprios e relacionados ao tema da pesquisa. Na educação freiriana que defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando está se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2013 p. 31)

Freire mostra que é necessário na educação uma prática da liberdade; quanto mais desafiar seus alunos, mais forte e capacitados eles estarão, portanto ele destaca:

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1996.p. 107).

Para Arroyo (2007), a EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas, para atender a diversidade escolar houve o procedimento de trabalho qualitativo e pesquisa bibliográfica, aplicando-se os conhecimentos obtidos durante toda a formação acadêmica e trabalhando com abordagens firmadas nas aulas, resumos e estudos trabalhados e estudados durante o curso.

Sendo assim, aplicaram-se na pesquisa fontes pedagógicas e entendimentos históricos acerca da questão do ensino, da educação e das raízes de ambos para compreender o contexto da temática analisando e aplicando na realidade contemporânea dos jovens e adultos da modalidade de ensino investigada nesta obra.

Nos questionários aplicados nesse trabalho, é deduzido o quanto as dificuldades são visíveis nessa modalidade e são prejudiciais aos alunos e por certa vez o professor deve ser um dos responsáveis que busca qualificar esse modelo precário de ensino, portanto, o ensino perpassa uma formação de seres para a construção da sociedade e da cidadania nas relações de Trabalho e de convivência na esfera social.

De fato, o contexto vigente se tornou mais exigente desde o período da Revolução Industrial, verem-se fortes modelagens quanto ao perfil dos trabalhadores aceitos nas fábricas sendo aí aceitos os mais especializados e nisso faz-se uma

comparação com a realidade, que surgiu a partir desses avanços da Revolução Capitalista, a qual passou exigir profissionais mais aptos para o exercício de dadas funções, assim se faz o caminho do ensino da EJA, com a missão árdua de qualificar os alunos para essa nova globalização de capacidades e aperfeiçoamentos, sendo esse um grande desafio para os educadores da Educação de Jovens e Adultos, é uma preocupação para os jovens que querem adentrar no mercado de trabalho

O problema do ensino EJA, se estende quando se trata do incentivo da prática da leitura nas salas de aula e do incentivo à escrita, pois parte muito dos alunos e da forma como o professor consegue lidar com tamanhas dificuldades. O professor dessa modalidade de educação se depara com uma porção de falhas e quando apresentada a um docente incapacitado para exercer tal função, acaba infantilizando a forma do ensino, constringendo os alunos dessa classe.

O Sistema de ensino da EJA no cenário atual encontra desafios em seus limites no que tange os avanços tecnológicos da sociedade moderna e que muitos alunos não têm condições financeiras para ampliar suas fontes de conhecimento, assim o aprendizado na EJA acaba por ser resumido na aplicação repentina de uso didático e teórico por um modelo tradicionalista que se prende ao livro. Essa modalidade de ensino precisa ser inovada conforme as dimensões das exigências da atualidade para que possa formar os alunos de modo bem mais efetivo e proporcional.

4.6 Dificuldades estruturais

Por meio dos questionários ficou comprovada a fragilidade no sistema no ensino da EJA quanto às estruturas materiais e físicas. Nas periferias, por exemplo, ou em espaços onde o ensino ofertado envolve jovens da zona rural, existe uma grande dificuldade estrutural na recepção desses alunos. A essa dificuldade é deduzida diante das respostas dos alunos entrevistados.

Entendemos que, um dos desafios mais graves está na ausência de profissionais qualificados para atuarem nas áreas de ensino do programa e dos materiais utilizados para repassar os conteúdos educativos, com essa reflexão é importante destacar a questão da alimentação e do transporte que mesmo sendo elementos em parte, caminham juntos com o processo de ensino e aprendizagem e nisso ainda são visíveis os déficits de investimentos no programa da EJA. Nesse sentido, se fossem ofertados cursos preparatórios para os professores que trabalham nessa área, possivelmente o impacto seria reduzido para ambos na escala de professor-aluno.

O principal objeto desta discussão não é desvalorizar a EJA, mas sim expor os desafios e obstáculos que afetam interna e externamente seu alicerce de sustento, nisso há uma alerta para as dificuldades, se continuarem se alargando possivelmente ocorrerá o risco de o programa desaparecer devido a outro desafio da evasão dos estudantes, os quais acabam por abandonar os estudos.

Referente ao ensino da EJA direcionado aos adultos e idosos o desafio toma maiores proporções na qual fica difícil de enquadrá-los nas modalidades educativas com mais facilidade, pois esse grupo requer uma atenção cuidadosa já que apresentam mínima equipagem educacional se configurando com isso uma desvantagem de modo que os professores se deparam com a dificuldade de justa por padrões específicos de ensino.

Devemos considerar que o idoso retorna à escola para efetivar o direito à educação que foi negado, em geral, no período da infância, por ter tido que trabalhar, porque morava longe da escola, porque nasceu em um tempo em que a escola não era obrigatória, entre outros. Estudos demonstram, hoje, que esse retorno é uma dupla libertação (SOUZA apud FERNANDES 2019, n.p).

Tendo em vista que essa modalidade é muito defasada, mesmos com suas falhas ainda consegue atender as necessidades de seus educandos, e assim contribui em suavizar a taxa de analfabetismo no país.

5 DISCUSSÕES

Depreendem-se deste trabalho que, na modalidade da EJA o ensino não atinge todas as camadas de alunos por causa da precária infraestrutura programática e de suporte dinâmico para atuação dos docentes no fortalecimento de um projeto de educação nacional verdadeiramente inclusivo e libertador. Fica constatado o difícil trajeto daqueles que adentram na EJA, tanto os professores como os alunos possuem enormes barreiras na consolidação do saber, o que fica deduzido nos dados da pesquisa, os quais apontam que cerca de 80% dos ex-alunos da EJA entrevistados não trabalham de carteira assinada, visto que ficam submetidos às condições de

empregos instáveis e necessitam buscar complementar os estudos com outras formações em cursos externos.

Resulta-se com isso, que o ensino da EJA concentra-se em sérias dificuldades na sua efetivação simbolicamente qualificadora e construtiva, com isso os dados obtidos, no questionário dos alunos, demonstraram uma insatisfação com o ensino de cerca de 85% dos entrevistados, porém o restante não se consideram insatisfeitos e reconhecem uma satisfação relevante com a modalidade.

Verificou-se que quanto maior a dificuldade no ensino e na propagação do ato de ler e escrever, sendo que 100% dos ex-alunos concordaram que o ensino é bom, porém não há muito incentivo à prática, tornando-se rotineira com relação a leituras e que muitos não se sentem motivados em ler e escrever.

Desse modo, a EJA tem como obstáculo essa dificuldade na incorporação da leitura e da escrita, notou-se no decorrer dos estudos desse trabalho o quanto são imensas as dificuldades pedagógicas que existe e ainda não foi superada devidamente. Por fim houve resultados correntes com a tese que visou abarcar sobre a existência e explicação das principais dificuldades que surgiram a partir das observações e indagações no decorrer do curso através dos estágios. Contudo, conclui-se como noção geral a existência de um leque de dificuldades que atravessam o ensino da EJA, que vai desde uma amplitude interna e externa, ou seja, geram problemas estando fora e dentro do próprio ensino. Desde a própria condição social que está inserida; o cotidiano e a necessidade triste de se ter que escolher entre trabalho e estudo; bem como o problema da assistência aos adultos que tentam se encaixar, além da carente inclusão de jovens com deficiências, os quais são atingidos duplamente pelas instabilidades nos sistemas do programa de ensino da EJA.

Considera-se que a EJA é um dispositivo de fundamental importância na legislação dos direitos educacionais e que o mesmo representa um marco de inclusão e mobilização das exclusões no ensino. Entretanto, não basta colocar o aluno dentro de um sistema e dar-lhes espaços de circulação, é preciso muito mais para concretizar uma inclusão em sentido amplo e concreto.

O Trabalho desenvolvido nessa jornada se concretiza com conclusões positivas e negativas, as quais são relativas e geram polêmicas discursivas de fundamento para manifestações do tema. Nisso, a EJA se situa em torno de uma realidade de ensino mediano ou que nem chega a nesse nível, porém é incorreto rebaixá-lo ou menosprezá-lo já que o ensino consegue passar o conhecimento e por meio dele o aprendizado ocorre, mesmo que não de forma tão esperada para o

contexto dos alunos que se deparam lá fora com diversas cobranças do mundo moderno.

O Ensino da EJA é de externa relevância, no entanto requer um aprimoramento dinâmico e condutor de todos os elementos frágeis da sua aplicabilidade, que requer o uso de políticas educativas mais extrovertidas para repassar uma imagem não apenas teórica e mecanizada por práticas conteudistas. As dificuldades internas do ensino representam as mais perturbantes, em que se trata da adversidade dentro do programa na estrutura, tanto material como física, das relações de contatos, da implementação de recursos e esquemas, da inclusão e visibilidade, do analfabetismo funcional e estrutural e das desigualdades entre os alunos.

Nas dificuldades externas estão às desigualdades sociais e no mercado de trabalho, além da precarização dos investimentos governamentais, das crises financeiras e dos desafios da alta competitividade social. Portanto, vale destacar que: “o estudante da EJA é um aluno que pode estar voltando à escola para a realização de um sonho, ou porque se deparou com um mercado de trabalho que está cada vez mais exigente [...]” (MURANETTI, 2007, p. 01).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino da EJA não conserva um eixo de mecanismos sustentáveis para consolidar o saber nos indivíduos, isso acaba ocasionando dificuldades resistentes e permeando o prolongamento das discrepâncias da educação para os jovens e adultos. O analfabetismo funcional com já dito é fonte dessas dificuldades enraizadas no programa da EJA, essa passa por reformulações tentando se encaixar na contemporânea organização social, só que de certo modo as reformulações da EJA acabam enfraquecendo sua base estrutural e funcional.

As reformulações que não adentram nas dificuldades internalizadas, assim é o ensino da EJA um programa ainda em construção lenta e desproporcional que se sustenta na lei e na necessidade de sua existência, porém a EJA deve fazer mais do

que simplesmente existir.

Na pesquisa trabalhada, decorre outra situação obscura que se remete ao rendimento dos alunos da EJA, sendo que o refúgio generalizado é causado pela insatisfação de muitos com graves falhas do ensino, ou evasão decorrente da incompatibilidade com o cotidiano real dos estudantes.

Contudo, essa desordem estrutural pela qual perpassa o ensino EJA é um dos pontos negativos que merecem um olhar crítico, além disso, há um desmembramento dos ideais da prática de ensino e da aprendizagem em sentido amplo. Reputa-se que, no ensino da modalidade estudada (EJA), são ineficazes alguns recursos utilizados para formação qualificada dos jovens e adultos, como princípio da rigidez trabalhada no programa em que há uma cobrança maior dos alunos do que das próprias ações ativas de união e reforço.

A identidade dos alunos é modelada nesse ensino e com isso a observação do aluno como apenas um canal que recebe informações é muitas vezes impicante, já que se deve considerar o aluno não apenas como um elemento de condução ao conhecimento, mas de que seus limites também existem e que não são meros fantoches de um sistema, mas em contrapartida possuem raízes e um conjunto de vivências que merecem um tratamento respeitoso. Também discorremos nesse trabalho à relação dos pontos negativos da autoestima dos alunos da modalidade, que por serem muitas vezes enquadrados na situação de rotulação do ensino e se deparam com uma dificuldade enorme na interação com o mesmo.

Nesse viés, é preciso ressaltar o pensamento de um grande nome trabalhado nessas questões do ensino da EJA, o então conhecido Paulo Freire designa que é necessário uma educação libertadora, para ele, não existe saberes mais ou menos, há saberes diferentes, ou seja, no impasse da diversidade dos alunos com diferentes necessidades e características distintas de aprendizado com níveis de escolaridades conflitantes.

Constatamos e concluímos com esse estudo o quão diversas podem ser as dificuldades, e o reconhecimento das especialidades de cada sujeito, com isso vive-se um grande dilema nessa modalidade, com a necessidade urgente de qualificar os docentes com mais apoio e suporte para que os mesmos saibam intervir proativamente e mais assertivamente com diferentes alunos e seus respectivos níveis.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo, n. 11, p. 09-20, 2001.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do Campo. Caderno CEDES, v.27, n.72, pp.157-176. maio/agosto 2007.

ARROYO, Miguel. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. **Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL, **Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei n. 9.394/96).
Brasília, 20 de dez. de 1996.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares** Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006.
Disponível em:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=licenciatura. Acesso em 04 de out de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. **Brasília, MEC**, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente** Artigo. 7 da Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+7+da+Lei+12852%2F13>. Acesso em: 22 de agosto de 2021

BRASIL. **O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001**.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 24 out. de 2021.

CORREIA, B. R. de B.; BALTAZAR, C. C.; HOLANDA, S. A. Evolução histórica da organização do trabalho e sua influência sobre o emprego dos jovens no Brasil.

XXVI ENEGEP, Fortaleza: 2006. Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR550371_7501.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1. ed.- São Paulo: Cortez, 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**, revista brasileira de educação 108-130, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**, Caderno Cedes 21, 58-77, 2001

DOURADO, Alex da Silva. Fatores estruturais das políticas de EJA que impactam na permanência e nas interrupções do percurso escolar dos alunos de EJA. 2013. 83 f. **Monografia** (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Carinhanha-BA, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler em Três Artigos Que Se Completam**. 25ª ed. SP: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. Professora, sim; tia não: cartas a quem ousa ensinar. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire – 56ª ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.**

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. **Revista de Debate Trimestral da FASE**. 2011. Disponível em:

<https://gepepidotnet3.files.wordpress.com/2011/02/paulo-freire-e-aeducac3a7c3a3o-popular-gadotti.pdf>. Acesso em 25/06/2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder Introdução á Pedagogia do Conflito**. 13ª edição. Editora Cortez. 2007.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma Teoria da Pedagogia**: Pesquisas Contemporâneas sobre o Saber Docente. 2ª Edição Editora Unijuí, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. **1 Congr. Intern. Pedagogia Social**, Mar. 2006. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100038&scrypt=sci_arttext. Acesso em: 26 ago. de 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**: a luta pelo direito a aprendizagem. [2020]. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gh_conj_eja_direito_aprendizagem_professores&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=11358183974&utm_content=132990258412&utm_term=eja&gclid=EA1aIQobChMI7cicuL3a9QIVyKeGCh3PXAZ6EAAYASAAEgJWkvD_BwE. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MATUOKA, Ingrid. Os desafios da EJA para incluir quem a escola abandonou. **Centro de Referência em educação integral**. Publicado em 13/09/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/#:~:text=Se%20parte%20do%20entrevista%20da,se%20sentem%20fracassados%20e%20incapazes> Acesso em: 15 dez. de 2021.

MURANETTI, Robianca. **A importância do trabalho psicopedagógico na Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: jan. 2007. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/67.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PEREIRA, Luciane Rodrigues. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: relatos e experiências, 2011. **Monografia** (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, 2011.

REOLON, Suzana Minuzzi. **A linguagem jurídica e a comunicação entre o advogado e seu cliente na atualidade**. 2010. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_2/suzana_reolon.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTANA, Daniela Cordeiro. EJA breve análise da trajetória histórica e tendências

de Formação dos educadores de jovens e adultos. **Editora Realize**. 2012

SECO, A. P.; AMARAL., T.C.I. do. Marques do Pombal e a reforma educacional brasileira. **HISTEDBR**. 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Os idosos na EJA: uma política de educação inclusiva. **Olhar de Professor**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vol. 19, núm. 2, p. 149-161, 2016.

SOUZA, Fernanda. Os idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **MultiRio**. Publicado em 01 de out. de 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15245-os-idosos-na-educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-eja#:~:text=%E2%80%9CDevemos%20considerar%20que%20o%20idoso,n%C3%A3o%20era%20obrigat%C3%B3ria%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 10 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Entenda melhor os desafios da Educação de Jovens e Adulto, *in*: **MESA-REDONDA DO JORNAL UFG**. 16 nov. de 2015. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/84269-entenda-melhor-os-desafios-da-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 20 out de 2021.

APÊNDICES

APENDICE A

Pesquisa de Campo com Professores do EJA

Questionário

Identificação:

Idade: _____ Sexo: _____

Tempo de docência: _____

Possui magistério: () Sim () Não Quantos Anos: _____

Possui Especialização: _____

Série/Ano que ensina: _____

1) Qual maior desafio ensinar o EJA (Educação de Jovens e Adultos)?

2) Em sua experiência docente o que pode relatar sobre trabalhar na EJA (Ensino de Jovens e Adultos) a partir da falta de formação docente, portanto, é certo afirmar que o professor graduado, na maioria das vezes desconhece tal situação na qual não foi formado para trabalhar. Simplesmente é submetido ao devido cargo?

3) É notório que os alunos da EJA têm baixo nível de concentração. Você como docente responsável pela aquisição de conhecimento dos alunos, como se encarrega a buscar a concentração desses alunos dispersos?

4) A partir das suas experiências, o ensino noturno tem uma taxa maior de evasão e repetência independente da modalidade de ensino? Explique.

5) De acordo com a realidade o número de evasão é muito alto, você enquanto docente contribui para diminuir a taxa de evasão? Como?

6) A educação inclusiva tem o propósito de combater as desigualdades, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que os alunos possam ter. Desse modo, o professor deve estar preparado para qualquer situação. Em sua experiência como docente da modalidade EJA, como pode se trabalhar essa educação inclusiva sem menosprezar ou venerar o conhecimento de outros alunos?

APENDICE B
Pesquisa de Campo Alunos do EJA

Identificação:

Idade: _____ Série/ Ano _____ Sexo: _____

Questionário:

- 1) Qual motivo fez com que você procurasse a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos)?

- 2) O ensino regular, não seria viável? Por quê?

() Sim () Não

3) Você se ausentou da escola por muito tempo? Por quê?

() Sim () Não

4) A partir da terceira questão responda: O que fez você voltar a estudar?

5) Você consegue conciliar a rotina do dia a dia com os estudos?

() Sim () Não

6) O que você acha de estudar com pessoas de idades e vivências diferentes?

7) Qual a maior dificuldade em absorver (entender) os assuntos?

8) Você acha que os conteúdos que o professor aplica são difíceis?

() Sim () Não

9) Qual assunto você mais gosta?

10) Pretende terminar os estudos e fazer uma faculdade? Justifique.

() Sim () Não

11) Para você qual a importância de estudar?

APÊNDICE C
Pesquisa de Campo com Ex-Alunos do EJA

Identificação:

Idade: _____ Série/ Ano _____ Sexo: _____

Questionário:

1) Você sentiu muitas dificuldades na sua formação no ensino EJA? Se sim, quais você considera como grandes barreiras?

2) O Ensino EJA foi capaz de ampliar sua formação para conseguir entrar no mercado, ou seja, foi uma preparação eficaz nessa questão?

3) De acordo com sua formação, você se considera qualificado para o mercado de trabalho?

4) No ensino da Educação EJA, pode-se afirmar que há uma fragilidade estrutural dos métodos educativos no repasse de conteúdo?
